

**DA MIGRAÇÃO SULISTA AO NOVO ARRANJO TERRITORIAL
NO OESTE BAIANO: “TERRITORIALIZAÇÃO” DO CAPITAL NO
CAMPO E PARADOXOS NA CONFIGURAÇÃO DA *CIDADE DO
AGRONEGÓCIO***

**MIGRATION SOUTHERN TO NEW ARRANGEMENT
TERRITORIAL IN WESTERN BAIANO:
“TERRITORIALIZATION” CAPITAL IN THE COUNTRY AND
PARADOXES CONFIGURATION OF THE CITY OF
AGRIBUSINESS**

Marcos Leandro Mondardo

Universidade Federal da Bahia – Campus de Barreiras
marcosmondardo@yahoo.com.br

Resumo

A partir da década de 1970, os setores produtivos no Brasil vêm passando por intensa reestruturação produtiva. Com a difusão e disseminação desigual do meio técnico-científico-informacional no período da globalização, verificam-se profundas *metamorfoses* no processo produtivo associado à agropecuária, reestruturando os espaços rurais e urbanos e materializando um novo arranjo territorial. Por isso, este estudo visa analisar e discutir os atuais processos de reestruturação produtiva com a “territorialização” do agronegócio globalizado no Oeste da Bahia, especialmente, no município de Barreiras a partir da década de 1980, os impactos provocados pela migração sulista na reorganização sócioespacial e a emergência de novas territorialidades com o incremento da ascendente urbanização. Apontamos que a “territorialização” do agronegócio globalizado no Oeste Baiano gera paradoxos, pois, ao mesmo tempo em que se “apropria” e “domina” o Cerrado gerando riqueza, reproduz pobreza através do desmatamento avassalador e da expropriação/exploração das populações locais.

Palavras-chave: Migração sulista, Globalização, Territorialização, Agropecuária, Oeste Baiano.

Abstract

From the 1970s, the productive sectors in Brazil are going through intense restructuring. With the uneven spread and disseminate the technical means and scientific-informational in the period of globalization, there are profound transformations in the production process associated with agriculture, restructuring the rural and urban spaces

and giving a new territorial arrangement. Therefore, this study aims to examine and discuss the current processes of restructuring, with the “territorial” globalized agribusiness in Western Bahia, especially in Barreiras from the 1980s, impacts caused by migration in southern s social reorganization and the emergence of territoriality with increasing urbanization upward. We point out that the “territorial” globalized agribusiness in Western Bahia generates paradoxes, because, while it is “appropriate” and “dominates” the Savannah generating wealth, reproduces poverty by devastating deforestation and expropriation/exploitation of local populations.

Keywords: Southern migration, Globalization, Territorial, Agriculture, Western Bahia.

Introdução: globalização e “novos” espaços agrícolas

Com as transformações que ocorreram no mundo a partir da década de 1970, especialmente na mudança do regime de acumulação fordista para o de acumulação flexível, muitas mutações ocorreram na produção do espaço, sendo resultado de um conturbado processo de reestruturação produtiva e da inserção de novos espaços nas relações globalizadas.

Esse novo contexto é produzido, de maneira avassaladora, a partir da globalização que é compreendida, aqui, pelos processos das mais variadas matrizes (sociais, econômicas, políticas, culturais) que conectam amplas e variadas escalas e parcelas da população em todo o mundo de forma seletiva e desigual (SOUSA SANTOS, 2005). São processos “desterritorializantes” que aparentemente “diluem” as fronteiras e que têm no capital monopolista e financeiro sua força e magnitude.

Isso é resultado do que David Harvey (1994) denomina de “compressão espaço-temporal” para indicar as intensas e velozes transformações pelas quais passa o mundo após a segunda metade do século passado (1950), especialmente, em função da maior e mais rápida circulação de mercadorias, de informações e de pessoas, embora, esta última esteja condicionada, também, a restrições, contenções e controles dos deslocamentos. Por isso, essas transformações que o mundo vem passando na contemporaneidade estão produzindo “[...] um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural” (HARVEY, 1999, p. 257).

Nesse sentido, especialmente, a partir da década de 1970, os setores produtivos no Brasil vêm passando por intensa reestruturação produtiva. Com a difusão e disseminação desigual da globalização, verificam-se profundas *metamorfoses* no processo produtivo associado à agropecuária, reestruturando os espaços rurais e urbanos com um novo sistema de objetos e ações (SANTOS, 2004), calcado em cada vez mais ciência, tecnologia e informação. Produziu-se, assim, um novo modelo técnico, econômico e social para a produção e reprodução da agroindústria, o qual pode ser denominado como agricultura moderna e/ou científica (ELIAS, 2003), criando novas maneiras para a acumulação ampliada do capital e um novo arranjo produtivo e social no campo e na cidade.

Segundo Santos (1997), com a globalização se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por intensas mudanças quanto à produção agrícola e à vida de relações. Para o autor, podemos falar de uma agricultura científica globalizada quando a produção agrícola tem uma referência (e, talvez, poderíamos afirmar uma “dependência”) hegemonicamente planetária recebendo influência das mesmas leis que regem outros aspectos da produção econômica. Sobretudo, exige cada vez mais o emprego de ciência, técnica e informação sendo que esta induz ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas através da tendência de uma aceleração do processo produtivo (pela intensificação do uso do tempo e do espaço) no campo. Por sua natureza global, a “nova” produção agrícola conduz a uma demanda extrema de comércio na qual o dinheiro passa a ser uma “informação” indispensável.

Este estudo, nesse sentido, está situado no contexto dos processos de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira e aos impactos provocados à reorganização do território, as relações sociais de produção e ao incremento da urbanização. Destaca-se, dessa forma, o objetivo de compreender novas dinâmicas sócioespaciais promovidas pelos processos de expansão do agronegócio globalizado tendo, como recorte espacial, o município de Barreiras e a região Oeste da Bahia a partir da década de 1980, especialmente.

Aliado a isso, interessa-nos analisar e discutir a nova dinâmica da produção e do consumo agropecuário globalizados, principalmente, considerando ser esta uma das

forças hegemônicas da reorganização produtiva do território brasileiro. Assim, objetivamos analisar em Barreiras, na Bahia, algumas questões relacionadas à “*territorialização*” do capital no espaço agrário organizador de *redes* agroindustriais transnacionais; a fragmentação do espaço agrário com a sobreposição de diferentes circuitos da economia agrícola e da emergência de uma nova tipologia de cidade, com novas formas e funcionalidades, a cidade do campo – como defende Santos (1997), e/ou a cidade do agronegócio – como considera Elias (2006).

No entanto, para falarmos do processo de “*territorialização*” da agropecuária globalizada no espaço agrário baiano, gerador de *novas* territorialidades, precisamos compreender o que se entende por territorialização e territorialidade. Segundo Haesbaert (2006, p. 97), territorialização “[...] significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos)”. Esse poder “[...] é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo” (HAESBAERT, 2006, p. 97). Assim, a territorialização é, em sentido estrito, um processo que envolve mediações através do espaço que proporcionam a “dominação” e “apropriação” de determinada parcela do espaço, o território, pois:

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência – pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe). Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (HAESBAERT, 2008, p. 22).

No presente estudo, focaremos a “territorialização” capitalista (por isso, o uso entre aspas) que utiliza mediações espaciais múltiplas para “territorializar” a agropecuária globalizada, se “apropriando” e “dominando” do Oeste Baiano através da

difusão das monoculturas da soja, milho, algodão e café e com a *criação da cidade do agronegócio*.

Quanto à territorialidade, o mesmo autor afirma que essa se liga aos processos simbólico-culturais, da formação/mutação das identidades territoriais. Entretanto, a territorialidade não deve ser vista apenas como a simples “qualidade de ser território”, mas, como a capacidade/qualidade de criação de relações simbólico-afetiva e político-disciplinar-econômica. Em uma visão abrangente de territorialidade o autor considera as relações econômicas e culturais – “[...] intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2005, p. 6776). Logo, as *novas* territorialidades geradas no Oeste Baiano pelo agronegócio globalizado serão consideradas, aqui, pela perspectiva econômica como uma estratégia política e do poder de “dominação” e “apropriação” das relações que produzem o território.

Assim, a metodologia utilizada nessa pesquisa se deu por meio do levantamento de estudos (livros, artigos, teses e dissertações) relacionados à temática da expansão do agronegócio globalizado no Brasil e no Oeste Baiano, na coleta de dados primários junto a órgãos do governo (estadual e federal) como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), na Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), na Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), em levantamentos minuciosos de informações em revistas (Revista Exame e Globo Repórter), além de anotações das observações realizadas em trabalho de campo. Por isso, o artigo está dividido em duas partes: a primeira, se baseia em estatísticas e informações, e a segunda, numa revisão bibliográfica com interlocução qualificada entre os autores – especialmente geógrafos – e o pesquisador.

Região Oeste da Bahia: a “nova” fronteira agrícola brasileira para expansão do agronegócio globalizado

A região Oeste do estado da Bahia vive uma fase de grandes mutações sócioespaciais, desde a década de 1980, com cada vez mais importância e participação da ciência, da técnica e da tecnologia no processo de produção/organização do território. Nessa dinâmica, também participam a mobilização do capital e a mobilidade da força de trabalho, tendo grande destaque por sua magnitude e intensidade a de origem do Sul do Brasil que difunde, em grande medida, a modernização agropecuária através da expansão territorial da fronteira agrícola desencadeada pela monocultura da soja (mas, também, com importante produção de algodão, milho e café) por aqueles indivíduos de classe alta.

Para Bernardes (1996), as transformações mais recentes do sistema capitalista no contexto da globalização revelam novas formas de “apropriação” e “dominação” do território e concomitantemente novas mobilidades espaciais da “população”: do capital e da força de trabalho. O modelo de acumulação, impulsionado pelo progresso técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997), busca a reprodução ampliada do capital através de novas inter-relações entre espaço e tempo tendo repercussão na produção e na vida cotidiana (MASSEY, 2004). Assim, à medida que os meios técnicos e tecnológicos permitem uma reestruturação e re-funcionalização de territórios, as modernizações que, ao mesmo tempo homogeneízam e fragmentam o espaço, dependem também da ênfase na qualidade particular dos lugares e de seus interesses para o capital, tendo inerente à expansão do capital a necessidade de mobilização da força de trabalho.

Em países de industrialização tardia como o Brasil, em regiões antes consideradas “periféricas”, a exemplo do Oeste Baiano em meio ao Cerrado, sob o impulso da técnica, há condições para atividades com alto nível de capital, tecnologia e organização, criando condições e sendo condicionado pela mobilidade do capital global e da força de trabalho. No Oeste Baiano as atividades agroindustriais são concentradas, especialmente, em Barreiras que, por meio de uma *rede* de atividades produtivas e de serviços modernas, expande-se territorialmente interligando vários municípios da

porção Oeste do estado como Luís Eduardo Magalhães (cidade entreposto de cargas, de comercialização e assistência técnica da agricultura moderna na região), São Desidério e Formosa do Rio Preto o que fez com que houvesse intensa atração de capital e de força de trabalho a partir das transformações consubstanciadas da década de 1980 em diante.

É importante lembrar, segundo Haesbaert (1995), que toda essa dinâmica envolve o processo da mobilidade de sulistas e de capital oriundos de cooperativas agrícolas dos estados do Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), que a partir da década de 1970, impulsionados pelo Estado e pela grande “oferta” de terras, “invadem” o interior do Brasil para a expansão da fronteira agrícola que, concomitantemente, produziu – de acordo com Santos (2000) – a expansão da fronteira demográfica e da frente pioneira sobre o Cerrado baiano.

A Revista Exame, por exemplo, publicou uma matéria onde demonstra na capa uma foto de uma grande máquina utilizada na agricultura moderna para representar o seguinte título: “O sertão agora é assim”, afirmando que “Paranaenses e gaúchos foram os pioneiros. Agora é a vez de investidores estrangeiros desbravarem uma das regiões que mais crescem no campo: o Mapitoba, área de Cerrado nos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia” (15/07/2009, p. 1).

Na mesma matéria da Revista Exame é demonstrada, inclusive, a criação de uma nova “regionalização” (se assim podemos nos referir) produzida pelo agronegócio no Brasil (como pode ser observado na figura 1), que aponta o avanço da produção agropecuária sobre o Cerrado através da “territorialização” de uma agricultura científica com fortes implicações no meio social, técnico e econômico. Como retrata a matéria, a região da Mapitoba “é o novo sertão brasileiro”, ou, em outras palavras, é a “nova” fronteira agrícola para o agronegócio:

No imaginário popular, o sertão nordestino é o lugar da seca, da terra inóspita e da miséria. Datam do final do século 19 os relatos do escritor Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, sobre a aridez e a pobreza dos rincões do Nordeste. Mais de um século depois, ainda há muita pobreza. Porém, num bom pedaço do sertão nordestino, o cenário está mudando. Numa área formada pelas zonas de Cerrado de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, culturas de soja, milho e algodão cada vez mais se misturam à paisagem. Apelidada de Mapitoba por alguns e Bamatopi por outros, a região já responde por 10% da soja produzida no país e desponta como uma das maiores potências no agronegócio. Com 2 milhões de habitantes, esse pedaço de Brasil ainda apresenta um PIB modesto: 6 bilhões de dólares, equivalente ao de Belém. Mas a geração de riqueza está se acelerando. Os produtores de grãos estabelecidos há mais tempo são migrantes do centro-sul do Brasil, em sua maioria gaúchos e paranaenses. A eles se somou recentemente uma leva de investidores estrangeiros e empresas do agronegócio. Foram eles que fizeram 70% das aquisições de terras na região em 2008. A estimativa conservadora é que a economia do Mapitoba esteja crescendo à taxa de 10% ao ano. (...) É assim o novo sertão brasileiro (Revista Exame, 15/07/2009, p. 2).

De acordo com a revista, a região entrou na mira de investidores por reunir diversas vantagens: primeiro, é uma das áreas com maior disponibilidade de terras do país. “Estima-se que o estoque disponível para novos cultivos seja de 3 milhões de hectares”. Segundo, porque apesar da alta procura nos últimos três anos, que já fez dobrar o valor da terra nos melhores locais, “a média de preços ainda é 40% inferior à do Cerrado do Centro-Oeste”. Terceiro, pois os “investidores estrangeiros preferem o Mapitoba também por estar ainda fora do foco dos ambientalistas”. Ali, segundo as informações da Revista Exame “a obrigação de preservação ambiental é de 35% da propriedade, enquanto no norte de Mato Grosso (considerado parte do bioma Amazônia) é de 80%”. Quarto, tem posição geográfica privilegiada, pois a logística é outro ponto favorável. Boa parte da região é servida pela ferrovia Norte-Sul, operada pela empresa Vale. Seus trilhos transportam soja até o porto maranhense de Itaqui para ser exportada. “Essa saída está seis dias a menos de navegação da Europa do que o porto de Paranaguá, no Paraná, de onde é embarcada a maior parte da soja produzida em Mato Grosso” (Revista Exame, 15/07/2009, p. 2). Assim, a combinação entre terras mais baratas e custo logístico inferior gera uma rentabilidade muito maior do que em

outras áreas de agricultura moderna do Brasil, como a região Centro-Oeste, por exemplo.

Haesbaert (1996) já havia estudado e chamado atenção para essa nova “região” do agronegócio, chamando-a de “Novo Nordeste”:

Esse ativo processo de (des)(re)territorialização em curso nos Cerrados baianos estende-se praticamente por todos os Cerrados da região Nordeste (sul do Piauí, área de Balsas, no sul do Maranhão, alto da Chapada Diamantina) e é capitaneado por empresários sulistas que, no seu lastro, acabam atraindo também capitalistas do Sudeste e da própria região Nordeste. A ebulição econômica (e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do “eldorado da soja”) faz com que muitos denominem estas áreas o “Novo” Nordeste, e alguns políticos (inclusive com o apoio de grupos sulistas) já começam a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura (HAESBAERT, 1996, p. 382).

Podemos verificar, assim, que na “Região Mapitoba”, no Oeste Baiano bem como no município de Barreiras o capitalismo busca se reproduzir por meio da sua expansão, nesse caso, pela via tecnológica e territorial. Atualmente, o combustível do crescimento da agricultura científica e/ou moderna é a alta tecnologia, e a expansão de monoculturas se deve ao expropiamento do agronegócio globalizado sob novas áreas do Cerrado brasileiro. Como considera Harvey (2005, p. 64), o capitalismo “apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, *intensificação geográfica*”. Para que esse modo de produção sobreviver, “deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação”. Assim, “A sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de acumulação *pelos meios mais fáceis*. O caminho da acumulação capitalista seguirá *por onde a resistência for mais fraca* (p. 71, [grifos do autor]. Isso pode ser verificado nas diversas vantagens que essa nova área do Cerrado brasileiro oferece para a expansão do agronegócio com terras mais baratas e em grandes extensões territoriais, menor obrigação de preservação ambiental e um custo de transporte do produto menor do que em outras regiões brasileiras com agricultura moderna.

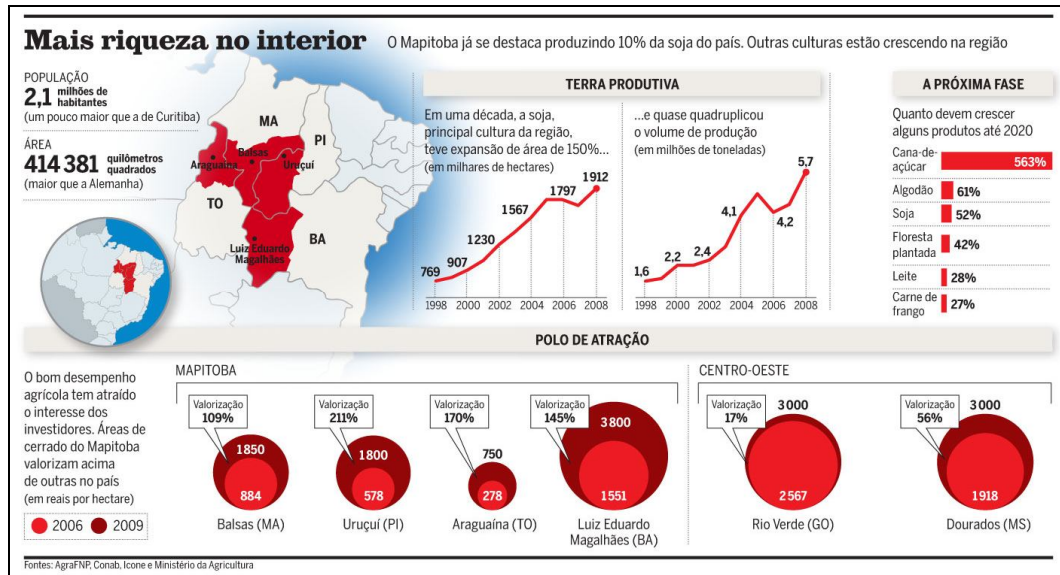


Figura 1 - Região Mapitoba: a “nova” fronteira agrícola brasileira do agronegócio
Fonte: Revista Exame, 15/07/2009.

Esse processo de modernização agropecuária no Oeste Baiano traz simultaneamente sérios problemas ao Cerrado com o desmatamento, por exemplo. Trata-se de um processo indiscriminado e sem planejamento por não utilizar um zoneamento agrícola que desenvolva, de maneira sustentável, a agropecuária com a conservação e preservação do bioma Cerrado. Ocorre também o uso demasiado dos recursos hídricos na região através da técnica da agricultura dos pivôs centrais, ou seja, os sistemas de irrigação que garantem uma agricultura cada vez mais de precisão. Entretanto, a natureza é vista na maioria das vezes como recurso e utilizada sem medir os impactos ambientais inerentes aos processos de expansão e “territorialização” do agronegócio no Cerrado baiano.

A matéria do Globo Repórter do dia 13/11/09 demonstra, nesse sentido, que as plantações de soja, milho e algodão “invadem” o Cerrado brasileiro e que “fazendeiros pressionam nativos para vender as terras que ocupam” apontando, por exemplo, que o desmatamento em municípios do extremo Oeste da Bahia é acelerado:

Formosa do Rio Preto, no extremo oeste da Bahia, é o maior município do estado, tem quase o tamanho de Sergipe. E é o primeiro da lista dos que mais desmataram o Cerrado brasileiro nos últimos dois anos. Justamente o município que tem a maior parte de suas terras em áreas que deveriam ser protegidas (Globo Repórter, 13/11/09, p. 1).

Na região de inúmeros rios que conservam a presença e a beleza dos buritizais ficam nascentes importantes em meio ao Cerrado que estão sofrendo uma mutação sócioespacial por meio de assoreamentos, erosões, mudanças de leito e vazão de rios dentre outros, com o processo de expansão territorial da soja. Segundo um fazendeiro entrevistado pelo Globo Repórter (13/11/09, p. 2): “[...] todo ano a gente desmata uma parte. Um pouco mais, um pouco menos, dependendo da situação. Este ano desmatamos 900 hectares. Não temos licença ambiental, porque é difícil conseguir”. Também, em entrevista para a mesma matéria o vice-presidente da Associação de Agricultores da Bahia, Sérgio Pitt, adianta que: “Ainda pretendemos desmatar em torno de 1,2 milhões de hectares, mais 10% da área total”, o que demonstra a capacidade e a intencionalidade de expansão da agropecuária no Cerrado baiano.

Barreiras: modernização agropecuária, urbanização e contradições sócioespaciais

Diante deste cenário regional, conjuga-se, geográfica e historicamente com a mobilidade sulista do capital e do trabalho, o “ideal linear” de uma modernização da agropecuária amplamente comandada pelos interesses privados e um relevo dominado pela “planura” que, ao mesmo tempo em que estimulava o padrão geométrico de ocupação e facilitava a mecanização agrícola, condicionava também as disputas territoriais em termos de limites entre propriedades, entre municípios. Por exemplo, a criação em 2000 do município de Luís Eduardo Magalhães (antigo distrito de Mimoso do Oeste) desmembrado de Barreiras e, também, com tentativas insurgentes da criação, no Oeste da Bahia, do Estado do São Francisco.

Surgiram, então, novas territorializações do capital com o complexo agroindustrial da soja (MÜLLER, 1989), e novas territorialidades com a mobilidade

espacial da população como a dos conhecidos genericamente como “gaúchos” e/ou sulistas (gaúchos, catarinenses e paranaenses) – estimados, segundo Haesbaert (1996, p. 368), em meio à década de 1990 sendo em torno de 40.000 – que migraram de seus estados de origem para o Oeste Baiano, especialmente, para as cidades de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Baianópolis em busca de terras e do interesse em adentrar no mercado da agricultura científica e/ou moderna da soja nas terras planas e com grandes extensões territoriais do Cerrado brasileiro.

Em matéria recentemente divulgada pelo Globo Repórter, o fazendeiro Walter Horita foi entrevistado por ser um dos “pioneiros” na plantação de soja, especialmente, no Oeste Baiano, se tornando, atualmente, o que se chama popularmente em Barreiras e região como “rei da soja” na Bahia. Em 1984 trocou 400 hectares de soja no Paraná por uma área que hoje chega a 40 mil hectares. É um dos maiores produtores da região. Como ressaltou nessa entrevista: “Naquele tempo, comprar terra era muito barato. Em valores atualizados, eu diria que paguei algo em torno de R\$ 50 por hectare. Hoje o hectare vale R\$ 10 mil. São 200 vezes mais”, calcula Walter Horita.

Foi assim que muitos migrantes sulistas, especialmente, deixaram de ser agricultores para se tornarem empresários agrícolas no Cerrado baiano. Como considera Elias (2006), estes são signos da formação de uma classe média agrícola, cuja residência passa a ser a cidade próxima ao espaço agrícola no qual realiza sua atividade produtiva, na grande parte das vezes em cidades que podem ser chamadas de *idades do agronegócio*. Esses médios e grandes empresários agrícolas, integrados ou não à agroindústria, são os difusores da soja nos Cerrados da Bahia e em Barreiras.

Nesse sentido, esses migrantes sulistas parecem produzir uma modernização através daquilo que Castro (1996, p. 290), chama de “modernização Ocidental”, pela consecução de novas formas de produção operadas por mecanismos racionais de dominação e novos padrões de comportamento sobre estruturas consideradas “tradicionais”, especialmente, aquelas em Barreiras dos “povos tradicionais”. Como afirmou Haesbaert (1996, p. 378) sobre esse processo na década de 1990, “A geografia de espaços reduzidos e tempos de longa duração dos antigos habitantes dos sertões vê-se”, assim, “radicalmente alterada por esse novo cenário dos complexos agroindustriais

que impõe o tempo breve, veloz da técnica e do lucro arrasador e a escala macro das grandes explorações capitalistas”.

Por isso, muitos sulistas assumem uma condição de difusores do moderno assentados numa espécie de “fundamentalismo do novo” onde opera a força do capital e de um “projeto de modernidade”: o novo sempre como “superior” e “melhor” que o velho, que o “tradicional” (GIDDENS, 1997). Entretanto, essa difusão do novo pela cidade de Barreiras é desigual e ambivalente, produtora de paradoxos através da pobreza também gerada em muitos bairros periféricos como, por exemplo, nos bairros Santa Luzia, Cascalheira, Santo Antônio, Conjunto Habitacional Rio Grande, Morada da Lua de Cima, Vila do Papelão, Vila Brasil.¹

Os desdobramentos sociais, políticos e territoriais desta incorporação da cidade ao projeto de modernização são muitos, pois cada inovação transforma profundamente a distribuição geográfica da produção, as relações de trabalho e as relações de poder dos agentes do sistema produtivo, colocando, por exemplo, esses indivíduos da modernização no exercício do poder econômico e político local, como, por exemplo, sendo a prefeita de Barreiras atualmente (ano de 2010) uma sulista. Percebe-se que está um curso na cidade um processo de mudança econômica, social e política pelo qual estão em voga os interesses do capital global desencadeado pelo agronegócio, cujos sulistas assumem muitas vezes ser os difusores desse projeto através de novas territorializações, pelo crescimento do capital agropecuário no campo, e novas territorialidades, pela disseminação (desigual) de um modo de vida urbano burguês calcado no novo, no moderno.

Contudo, para se ter uma idéia da *intensidade* desse processo de modernização agropecuária promovida no Oeste Baiano atualmente, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), divulgou um panorama sobre a econômica baiana

¹ Segundo Brito (1993, p. 13), também, “Para os posseiros que perderam suas terras na fase de implementação de projetos agro-pecuários e para os que foram impedidos de continuar utilizando a área de cerrado para criação extensiva em função do cercamento das terras para cultura de soja, somados aos que vieram de outros municípios baianos e nordestinos, resta-lhes habitar a periferia de Barreiras engrossando as favelas de Vila Brasil, Papelão e Novo Frigorífico, na condição de população excedente e disponível à espera de empregos temporários tanto no setor urbano quanto no rural”.

referente ao ano de 2007, destacando, que a atividade que teve o *melhor crescimento no seu PIB foi à agropecuária*, especialmente, na *região Oeste*:

Em 2007 a economia baiana apresentou um crescimento de 5,3% no seu PIB, em função do bom desempenho dos setores industriais e de serviços, que juntos representam 91% da estrutura produtiva do estado. Esses referidos setores apresentaram uma taxa de crescimento 4,5% e 5,0%, respectivamente no referido ano. *Entretanto, foi a agropecuária, a atividade presente em praticamente toda a Bahia, com maior intensidade no Oeste, que apresentou o melhor desempenho entre os grandes setores da atividade econômica, registrando uma taxa de crescimento da ordem de 9,1%, em comparação ao ano de 2006* (SEI, 2009a, p. 1, [grifos nossos]).

No setor agropecuário na Bahia, há um forte predomínio dos municípios da região Oeste no *ranking* dos principais produtores agrícolas. Segundo a SEI (2009a, p. 6), alisando-se a importância relativa dos valores da produção, em 2007, os principais produtos da agricultura baiana por ordem de importância são: a soja, representando 13,6%, o algodão herbáceo, representando 12,3% e, o feijão, com participação de 8,1%. Verifica-se, portanto, que todas estas culturas são produzidas no Oeste Baiano, destacando-se, no entanto, a soja e o algodão por ter a maior produção do estado concentrada na região Oeste. Já, dentre os vinte seis territórios de identidade² da Bahia, o Oeste ocupa o sétimo lugar no *ranking* dos principais produtores agrícolas.

A tabela 1, demonstra que entre os cinco maiores municípios agropecuários, quatro deles estão situados na região Oeste Baiana: São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto.

² Um novo padrão de regionalização vem sendo implantado no estado da Bahia utilizando o conceito de territórios de identidade para representar as diferenças sócio culturais, especialmente. O projeto é coordenado pela Superintendência de Cultura do estado baiano e visa contribuir para a promoção do desenvolvimento sociocultural de 26 territórios baianos.

Tabela 1 – Os quatro maiores municípios agropecuários do Oeste Baiano, 1999, 2006 e 2007

PIB	Agropecuária (em milhões R\$)			Participação Total no Estado (%)		
	Município	1999	2006	2007	1999	2006
São Desidério	105	405	637	3,89	6,24	7,74
Barreiras	160	274	372	5,95	4,22	4,52
Juazeiro	62	256	278	2,29	3,95	3,38
Luís Eduardo Magalhães	-	168	215	-	2,59	2,61
Formosa do Rio Preto	38	91	179	1,41	1,40	2,18
Oeste Baiano	1.279,23	3.287,35	4.325,03	3,05	3,41	3,94

Fonte: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2009a.

Podemos verificar através da tabela 1, que houve um crescimento ascendente na agropecuária em Barreiras desde o ano de 1990 até 2007. Isso demonstra as transformações que o setor está fazendo no município, tanto no seu espaço rural como urbano, pois, com uma “modernização aos saltos” (pela rapidez e intensidade do crescimento econômico e, por extensão, da transformação socioespacial) geradora de grande riqueza e simultaneamente de muita pobreza, o município de Barreiras passa nas últimas décadas por profundas mutações na sua estrutura produtiva agropecuária com repercussões e ligações inerentes ao espaço urbano através de um vertiginoso crescimento populacional desde a década de 1980.

É claro que esse processo passa pela atração de migrantes sulistas, mas, também, nordestinos sendo, em grande medida, os primeiros, atraídos pela grande “disponibilidade” de terras baratas e pela expansão da soja, e os segundos, atraídos pelo crescimento da cidade de Barreiras e as oportunidades de emprego. Por isso, é importante ressaltar que a partir do processo de “territorialização” da soja no Oeste Baiano, houve um forte processo de êxodo rural na região, o qual também contribuiu para o crescimento populacional, notadamente o urbano, do município (ver tabelas 2 e 3).

Neste âmbito, podemos verificar na tabela 2, como um novo arranjo territorial vem sendo “territorializado” no Oeste Baiano de grande produção, nos anos de 2000, 2005 e 2008, da soja dentre os quais, os municípios de São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães se destacam respectivamente.

Tabela 2 - Produção e área colhida de soja (em grão) nos principais municípios do Oeste Baiano, 2000/2005/2008

Municípios	2000		2005		2008	
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Área colhida (ha)	Produção (t)
Barreiras	236.585	567.804	146.831	405.254	135.000	409.860
Formosa do Rio Preto	72.307	182.214	98.721	272.470	152.000	461.472
Luís Eduardo Magalhães	-	-	127.903	353.012	136.500	414.414
Riachão das Neves	49.027	120.606	68.704	189.623	70.000	212.520
São Desidério	182.050	428.872	269.485	743.779	255.000	774.180

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2010.

Assim, a região Oeste da Bahia, polarizada em grande parte pelos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, passou a ter *novas funcionalidades*: Barreiras se caracteriza como o centro financeiro, comercial e gestor do agronegócio e Luís Eduardo Magalhães como o centro da produção agrícola, sobretudo, para o mercado exterior. Contudo, esses dois municípios, se circunscrevem como *pontos nodais* de grande produção de soja, milho e de algodão, especialmente, sendo caracterizados por isso, como o *lugar modelado* por essa modernização do capital (global) que, pela sua rapidez e intensidade, transformou em pouco tempo as relações políticas e econômicas desses municípios e da região.

O município de Barreiras, por exemplo, teve sua função alterada pois passou a ser comandado “de fora” pelos atores do capital global, cujos vetores dessa modernização foram levados e implementados, em grande medida, pelos migrantes sulistas, fundamentalmente, aqueles que personificam o capital monopolista e financeiro. O território, por isso, passou a ser extrovertido (SANTOS, 2006), tendo ordens e funções econômicas e políticas *hegemonicamente* comandadas por forças de fora do país, sobretudo, aquelas ligadas as bolsas de valores (B&MF, por exemplo), por

empresas multinacionais esmagadoras de grãos (BUNGE e CARGILL), aos capitais transnacionais e aos interesses/intencionalidades do mercado exterior. Esse processo contou, ainda, com a ajuda do Estado através da EMBRAPA na melhoria genética das sementes para o desenvolvimento do que hoje é chamado de “grãos do Cerrado”, além, da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) que poderíamos dizer que se caracteriza como mediadora desse processo. Entretanto, isso não quer dizer que não existam permanências e resistências pelas populações tradicionais (beiradeiros, cerradeiros dentre outros) e camponeses que permanecem coabitando essa porção do espaço com as suas produções para subsistência, ocupando, via de regra, os fundos de vale da região onde o relevo é mais acidentado (áreas não atrativas, na maioria das vezes, as modernas lavouras de grãos pela dificuldade da mecanização).

Assim, especialmente por se tratar do modelo agrícola estimulado no estado, calcado especialmente na monocultura da soja e algodão que exige grandes investimentos em corretivos de solo, fertilizantes e mecanização, os agricultores menos capitalizados que venderam o pouco que tinham no Sul, geralmente fracassaram no Cerrado baiano. Muitos desses migrantes sulistas voltaram para o Sul do Brasil ou estão em alguns assentamentos no Oeste baiano, por exemplo. Sobretudo, a moderna agricultura desenvolvida na região foi “territorializada” por migrantes sulistas que dispunham de dinheiro, tecnologia e informação para utilizar os subsídios dos bancos e incentivos oriundos do estado da Bahia que participaram e participam dessa expansão agropecuária.

Esse processo de modernização agropecuária capitalista implementada em Barreiras a partir da década de 1980, é de tal magnitude e intensidade que poderíamos denominar o município como um desses espaços-rede transnacionalizados (SANTOS, 1994) que circunscrevem e revelam suas marcas sócioespaciais através de um jogo multiescalar do capital e da política que acompanha as normas e as regras que se difundem, atuam e des-territorializam o capital nas suas diversas formas de manifestação e concretude territorial, especialmente, no campo do agronegócio globalizado na região Oeste da Bahia.

Podemos verificar que o município de Barreiras teve um espetacular crescimento da sua urbanização a partir da década de 1980 (se, no ano de 1970 tinha uma população urbana de 9.831 habitantes em 1980 já tinha triplicado esse número para 30.055 habitantes), diretamente vinculada à consecução e expansão do agronegócio, formando um município com população estimada em 2009 de 137.832 habitantes, cuja função principal está claramente associada *hegemonicamente* às demandas produtivas dos setores relacionados à modernização da agricultura e ao circuito superior da economia urbana, especialmente (ver tabela 3). Entretanto, paralelamente na cidade se reproduz o circuito inferior da economia urbana por meio das feiras livres, do comércio ambulante, dos trabalhadores informais do comércio (no atacado e no varejo), além dos desempregados e dos migrantes pobres que também coexistem, embora de maneira não hegemônica e localizados nos lugares periféricos da cidade. Como observado, na cidade se realiza além da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, outros lugares e outros fazeres daqueles sujeitos que buscam ganhar seu sustento através do trabalho informal, dos camponeses que lutam por terra, das populações tradicionais que trazem seus produtos do campo para venderem na cidade dentre outros.

Segundo Santos (2006), no período técnico-científico-informacional as cidades do campo (ou que estamos chamando aqui do agronegócio) se multiplicaram no país e passaram a desempenhar muitas novas funções. Transformaram-se, então, em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pelo agronegócio globalizado que resultaram no surgimento e na coexistência (embora, muitas vezes, tensa e conflituosa) de múltiplas e novas territorialidades. Se a cidade é, conforme considera Carlos (2004), a materialização das condições gerais de reprodução do capital, a *cidade do agronegócio* é, como propõem Elias (2006, p. 233), “[...] aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções”.

Nesse sentido, muitas empresas ligadas ao agronegócio globalizado oriundas do Centro-Sul se instalaram nas cidades do Oeste Baiano como, por exemplo, a AGROSUL em Barreiras, vendedora de maquinários agrícolas (tratores, colheitadeiras, plantadeiras), da John Deere (foto 1).

Foto 1: AGROSUL-Barreiras



Foto: MONDARDO, 2010.

Para Santos (2006), a adição de produtos químicos, a utilização da biotecnologia, o uso intensivo de máquinas agrícolas, entre outros, além de mudar a composição técnica e orgânica da terra, fizeram expandir no campo o meio técnico-científico-informacional, o que explica em parte a interiorização da urbanização através da *fazenda moderna dispersa*, especialmente, com a agroindustrialização.

Nesse sentido:

Como a agricultura científica e o agronegócio utilizam grande contingente de mão-de-obra especializada, em todos os pontos luminosos do espaço agrário brasileiro dominado pelo circuito superior do agronegócio é possível observar o acirramento da divisão social do trabalho no setor. O mercado de trabalho agrícola já se mostra hierarquizado e apresenta em uma de suas pontas o trabalhador especializado. Estes são profissionais de origem e vivência urbanas, que passam a ser os assalariados permanentes (engenheiro geneticista, técnico agrícola, veterinário, administrador agrícola, agrônomo etc.) dos setores associados ao agronegócio, com elevada composição orgânica do capital. A intensa difusão de capital, tecnologia e informação na atividade agropecuária aumentou a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas. Paralelamente, processou-se uma alteração qualitativa e quantitativa de antigas funções, com importantes transformações no mercado de trabalho agrícola (ELIAS, 2006, p. 231).

O impacto sócioespacial de todas essas transformações técnicas, econômicas e sociais na dinâmica populacional e na estrutura demográfica foi intenso em Barreiras bem como na região Oeste da Bahia, especialmente, a partir das décadas de 1970 e 1980 como pode ser verificado através da tabela 3.

Tabela 3 - Evolução populacional do município de Barreiras e do Oeste Baiano 1970-2009

Anos	1970	1980	1991	1996	2000	2007	2009
Barreiras	20.864	41.462	92.640	113.695	113.092	129.501	137.832
Oeste Baiano	271.204	336.816	438.953	463.422	495.716	-	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970/1980/1991/1996/2000, Contagem da População de 1996 e estimativas populacionais 2007 e 2009.

Assim, de acordo com os dados da tabela 3, podemos verificar que o crescimento populacional foi intenso já a partir da década de 1970. A população de Barreiras duplica seu número da década de 1970 (20.864 habitantes) para a década de 1980 (41.462 habitantes). Entretanto, esse ascendente crescimento tanto a nível municipal quanto a regional não está diretamente relacionado a modernização da agricultura que, teve seu “início” e sua expansão no Oeste da Bahia na década de 1980. Por isso, um dos fatores que ajudam a explicar esse vertiginoso crescimento

populacional em Barreiras foi, segundo Brito (1993), a instalação do 4º BEC – Batalhão de Engenharia de Construção – que é considerado o primeiro incremento em termos de *imigração* regional com a vinda de, aproximadamente, 2.000 pessoas entre familiares e funcionários em Barreiras. Estes, inclusive, se concentraram espacialmente no “bairro dos funcionários” localizado atualmente na periferia do município.

Contudo, outros fatores também participaram a nível regional desse crescimento da população total e urbana (ver tabela 4), nas décadas de 1960 e 1970:

O final dos anos 60 até a década seguinte [1970], fará com que o tempo que até então passava lentamente, registrando mudanças quase imperceptíveis no espaço regional, ganhe uma velocidade significativa para poder acompanhar o rápido processo de transformações que se farão presentes a partir da instalação do 4º BEC – Batalhão de Engenharia de Construção – o qual se encarregará da construção das rodovias BR-020 (Barreiras-Brasília) e BR-242 (Barreiras-Salvador), que, atualmente cortam a região. Verifica-se, então, a implantação do perímetro irrigado pela CODEVASF [Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba] nos municípios de Barreiras e São Desidério, que atrairá as empresas de construção civil; a implantação de projetos de reflorestamento e de destilarias com vistas ao Pró-Álcool e, finalmente, mas não menos importante, ocorre a vinda de empresários rurais da zona cacaueteira, de outras regiões do estado e fazendeiros pernambucanos que implantaram projetos agro-pecuários nas áreas de vale com recursos creditícios do FINOR, SUDENE e Banco do Nordeste (...). A chegada destes agentes externos ocasionou mudanças profundas no espaço regional, via ampliação do processo de pressão sobre a terra, acarretando assim a compra de terras a preços baixos para especulação, a apropriação de áreas ocupada (pelos posseiros) e de terras públicas pela ação dos grileiros que lançaram mão da violência física e do forjamento de escrituras, a introdução do trabalho assalariado, a chegada dos técnicos do 4º BEC e da CODEVASF, dos insumos e equipamentos agrícolas e com o afastamento das rodovias verifica-se a ligação do estado à região Nordeste ao mesmo tempo em que, os cerrados, se integram aos espaços mais dinâmicos do país, via Brasília (BRITO, 1993, p. 11).

Após isso, na década de 1980 ocorre o processo de modernização das relações de produção no município de Barreiras que experimenta uma rápida urbanização tanto pela sua localização estratégica com relação à Brasília e ao Centro-Sul do país, como também pelo fato de dispor de alguns serviços diretamente demandados pelos agentes externos

recém instalados, a exemplo das agências bancárias, cartórios, hotéis, escolas e demais serviços relacionados à produção agropecuária como algumas revendedoras de adubos, inseticidas, máquinas e equipamentos agrícolas dentre outros fazendo com que migre também para lá uma mão-de-obra sem qualificação, constituída pelos moradores e posseiros, vítimas da especulação fundiária desencadeada a partir da década de 1970.

Nesse sentido, concomitantemente a uma verdadeira revolução tecnológica da produção agropecuária e agroindustrial, às transformações nas relações de trabalho, ocorreu uma revolução demográfica e urbana, marcada pelo crescimento populacional, particularmente urbano como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4 - Evolução da população urbana do município de Barreiras e no Oeste Baiano 1970-2000

Município	1970		1980		1991		1996		2000	
	Urban a	%	Urban a	%	Urban a	%	Urban a	%	Urban a	%
Barreiras	9.831	47,1 2	30.055	72,4 9	70.870	76,5 0	87.455	76,9 2	115.784	87,8 2
Oeste Baiano	51.952	19,1 6	102.921	30,5 6	190.243	43,3 4	218.146	47,0 7	-	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970/80/91 e Contagem da População de 1996, e SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 1996.

O Oeste Baiano e, especialmente, Barreiras, é uma área na qual o crescente processo de urbanização se deve diretamente à consecução do agronegócio globalizado. Como é notório, a modernização e a expansão de novas atividades vinculadas à agropecuária promoveram o processo de urbanização e de crescimento das áreas urbanas, cujos vínculos principais se devem às inter-relações cada vez maiores entre campo e cidade. Estas se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada, por exemplo, em Barreiras com os bancos, empresas do setor dos serviços agrícolas e da empresas esmagadores como a BUNGE. Representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o

crescimento de Barreiras como uma cidade pólo do Oeste Baiano, fortalecendo-a, cada vez mais, seja em termos demográficos ou econômicos.

Barreiras, então, se tornou o “coração” do Oeste Baiano em função da *centralização* de algumas atividades agroindustriais e econômicas que lhe configuraram enquanto *pólo* do “progresso”, do “desenvolvimento” regional e de atração populacional. Perroux (1975, p. 108) considera que “[...] geograficamente concentrado, o pólo [agro]industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato”, pois é o “centro de acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos”.

Com o desenvolvimento de Barreiras enquanto pólo regional ocorreu uma concentração territorial urbana das pessoas de migrantes sulistas, sejam eles *indivíduos do agronegócio* ou da força de trabalho no campo, de migrantes de outros estados nordestinos atraídos pelas novas oportunidades de empregos na cidade e dos baianos desterritorializados do campo). Houve a “territorialização” dos fixos (das estruturas produtivas e econômicas para o desenvolvimento e apoio para a agropecuária) e concomitantemente, as concentrações de homens *móveis* e de capitais *fixos*.

Neste contexto, segundo os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 do IBGE, a região Oeste Baiana recebeu 12.049 imigrantes inter-estaduais, com 5 anos ou mais entre 1986-1991, e 15.642 entre o período de 1995-2000. Já, entre 1986-1991 a região expulsou 31.200 emigrantes, e 31.774 entre o período de 1995-2000. Isso demonstra, em parte, que o processo de modernização agrícola fez com que muitas pessoas deixassem a região, especialmente, aquelas oriundas do campo que se deslocaram para outros lugares. Já em relação à atração, além dos migrantes sulistas que vieram em busca de terra e de trabalho, Barreiras se configura territorialmente também como *espaço de convergência* e circulação de fluxos migratórios provenientes de estados do Nordeste como o Ceará, Piauí, das cidades baianas como Irecê, Feira de Santa, Salvador e outras cidades da própria região sendo, estreitamente atraídos pela concentração de serviços médico-hospitais, comerciais, órgãos estaduais e federais dentre outros.

Entretanto, podemos observar que Barreiras foi, entre 1995-2000, o terceiro município do estado da Bahia a receber maior número de imigrantes, demonstrando, o

poder de concentração urbana gerada pela “emergente produção de grãos nesse município”:

Ao observar a imigração interestadual baiana a partir dos seus municípios em 1995-2000, verificou-se que Salvador (36.714 pessoas), Juazeiro (10.861 pessoas) e *Barreiras* (8.248 pessoas) apresentaram-se como os três municípios mais significativos na atração de imigrantes no Estado, representando cerca de 22,0% do total. Salvador constitui-se num pólo atrativo pela sua infraestrutura em comércio e serviços (lazer, educação etc.), servindo como local de moradia para pessoas que vêm de outros Estados. Juazeiro tem na agroindústria inserida no mercado internacional, provavelmente, um dos principais motivos para atrair pessoas para o seu território; e, a vinda de migrantes para *Barreiras*, por sua vez, está associada à emergente produção de grãos nesse município, sobretudo a cultura da soja, também importante no comércio internacional (SEI, 2009b, p. 2).

Diante disso, o Oeste Baiano é re-configurado sócio-espacialmente para atender à produção dos complexos agroindustriais, novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza do Cerrado e desse modo ampliam-se as complexidades dos seus sistemas técnicos e normativos. Diante disso, o território torna-se cada vez mais interligado e dominado, promovendo uma urbanização corporativa (ELIAS, 2003), ou seja, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas multinacionais vinculadas ao agronegócio.

Para Elias (2003), a cada renovação das forças produtivas agrícolas e agroindustriais, a cada renovação dos sistemas técnicos agrícolas e dos sistemas de ação que lhe dão suporte, as cidades das áreas adjacentes aos espaços agrícolas de produção intensiva se tornam responsáveis pelas demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, das sementes transgênicas à mão-de-obra especializada. Isto faz crescer a urbanização, o tamanho e o número das *cidades do agronegócio*.

Haesbaert (1996) enfatizou, por exemplo, em meio à década de 1990 – quando desenvolveu seu estudo no Oeste Baiano e em *Barreiras* – o processo de desterritorialização feito pelo capital global para a “territorialização” de um novo espaço: aquele vinculado ao agronegócio. Por isso, para ele, a região naquele momento apresentava um “tempo breve”, característica do movimento global, desterritorializador (que, aliás, ainda permanece, em diferentes graus, nesse recorte espacial):

No Oeste Baiano, construir e destruir, nascer e morrer, em sentido amplo, acabaram de repente se tornando tão corriqueiros, foram tão banalizados, que às vezes parecem não provocar mais estranheza, o que altera profundamente as noções de espaço e tempo tal como vivenciados no cotidiano da população. *Quase tudo subitamente se torna móvel, instável, transitório, e tudo se reveste de uma violência desterritorializadora, numa ditadura do movimento, como se fixar-se, deixar raízes, pertencesse a um passado que é preciso, de qualquer forma, superar* (HAESBAERT, 1996, p. 380, [grifos nossos]).

Em Barreiras, com a “territorialização” do agronegócio globalizado se difundiu pela urbe as casas de comércio de implementos agrícolas (de sementes, grãos, fertilizantes), os escritórios de marketing, de consultoria contábil, os centros de pesquisa biotecnológica, as empresas de assistência técnica e de transportes como as borracharias, postos de combustíveis, mecânicas, os serviços especializados em engenharia genética, veterinária, administração, meteorologia, agronomia, economia, administração pública, entre outros, especializando e aumentando o setor, sobretudo, de serviços para atender a demanda agroindustrial. Esse setor é operado pela classe trabalhadora, pelo setor inferior da econômica urbana (SANTOS, 1979) que presta serviços e dá suporte a toda essa funcionalização da cidade do agronegócio.

O resultado é uma grande *metamorfose* sócioespacial pelo crescimento da economia urbana na cidade de Barreiras que, paralelamente ao desenvolvimento agroindustrial criam um novo patamar mais acirrado das relações entre cidade e campo, vislumbrável, nos diferentes circuitos de cooperação estabelecidos entre esses dois espaços. O crescimento da produção não-material, também visível nessas cidades se deve ainda ao crescimento populacional e à revolução do consumo, esta última erigida sob os auspícios do consumo de massa, que impõe numerosas necessidades associadas à existência individual e das famílias. Projeta-se, como considera Lefebvre (2008), a reprodução das relações sociais de produção.

Assim, a expansão da agroindústria globalizada não apenas repercutiu na estrutura técnica das suas respectivas atividades econômicas, como causou profundos impactos nas relações de trabalho, transformando o conjunto de normas e padrões que regulavam tais relações. Como resultado ocorre uma nova divisão social e territorial do

trabalho, com grandes impactos na estrutura demográfica e do emprego, que culminam com acelerado processo de urbanização.

Considerações finais

Fundamentalmente, há uma lógica modernizadora hegemonicamente territorializada no Oeste Baiano que articula a escala local com a internacional, organizando o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado, configurando, a produção de um território extrovertido, pois é “apropriado” e “dominado” por indivíduos de “fora”, essencialmente, vinculados aos grandes corporações multinacionais sendo, muitas destas, ligadas a migrantes sulistas.

É um espaço agrícola que apresenta altas densidades técnicas e normativas em função do agronegócio e que participa de interesses globais interligados com uma classe alta rural que difunde e territorializa essa “condição moderna” no Cerrado baiano através de uma *agricultura moderna e/ou científica*.

As grandes empresas, via de regra oriundas do Centro-Sul, quase sempre se deslocaram para a região Oeste Baiana dispendo de instrumentos técnicos e tecnológicos que aumentaram o seu poder, mobilizando importantes recursos de capital para esse espaço seja em termos de instalações, maquinários e equipamentos, seja em estoques armazenados ou em infra-estrutura e, conseqüentemente, gerando atração de mão-de-obra para as atividades.

São visíveis, portanto, as *novas* territorialidades do agronegócio no Oeste Baiano e em Barreiras, no campo e na cidade, pontos de transformação da natureza (e de devastação do Cerrado, muitas vezes), de criação de novas horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 2004), e da articulação da escala local com a global que expande o processo de “territorialização” do capital no campo.

Mas, essa reestruturação produtiva da agropecuária em Barreiras se dá de forma extremamente excludente, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais, além de criar muitas novas desigualdades e precariedades sócio-territoriais de muitos moradores da cidade que vivem excluídos (ou inseridos precariamente, nos termos de MARTINS, 1997), pois estão à margem do processo agropecuário moderno. Se

registrou, então, a desestruturação da formação sócio-espacial anterior e a promoção de novas dinâmicas políticas, sociais, culturais e territoriais vinculadas ao agronegócio.

Dessa forma, o incremento da “territorialização” do capital no campo, comandado por grandes grupos hegemônicos do sistema agroindustrial global, difundem especializações produtivas em Barreiras, mas, simultaneamente reproduzem contradições por meio, por exemplo, do desmatamento acelerado e da expropriação, exploração e precarização de populações locais.

Referências

BERNARDES, J. A. As estratégias do capital no complexo da soja. *In*: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 325-366.

BRITO, F. E. M. Tempo de itinerância e espaço apropriado nos cerrados à oeste. **Revista Travessia**. CEM – Ano VI, n. 15, Janeiro/abril, 1993, pp. 11-13.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, I. E. de. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. *In*: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 283-324.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp: 2003.

_____. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. *In*: SILVA, J. B. da; LIMA, L. Cruz. ELIAS, D. (Orgs.). **Panorama da Geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 221-238.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In*: BECK, Ulrich. GIDDENS, A. LASH, Scott (Org.). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, pp. 73-134.

HAESBAERT, R. **“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade**. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

_____. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. *In*: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C. CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp. 367-418.

_____. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. **Revista Território**, ano III, nº 4, jan./jun. 1998, pp. 55-71.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, pp. 6774-6792.

_____. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói: UFF, v. 17, p. 19-45, 2008.

HARVEY, D. **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

IBGE, Censos Demográficos de 1970/1980/1991//2000, Contagem da População de 1996 e estimativas populacionais 2007 e 2009.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MARTINS, J. S. **Exclusão e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. Niterói: UFF. **GEOgraphia**. Ano 6 – N. 12, pp.7-23, 2004.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. *In*: FAISSOL, Speridião. **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975, pp. 97-110.

SOUSA SANTOS, B. de. Os processos da Globalização. *In*: _____.(Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 25-104.

SANTOS, C. M. dos S.. **Impactos da modernização da agricultura no Oeste Baiano**: repercussão no espaço do Cerrado a partir da década de 80. PPGG-UFBA, Dissertação de Mestrado: Salvador, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** 3 ed. Hucitec: São Paulo, 1997.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, C. A. F. da. **Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira.** Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

Secretaria de agricultura, irrigação e reforma agrária (SEAGRI). **Produção agrícola: Soja.** Salvador, 2009. Disponível em www.seagri.ba.gov.br. Acesso em 15/12/2009.

Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia (SEI). **Anuário Estatístico de 1996.** Salvador, SEI, 1996. Disponível em www.sei.ba.gov.br. Acesso em 18/12/2009.

Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia-SEI. **Resultado do PIB Municipal 2007.** Salvador, SEI, 2009a. Disponível em www.sei.ba.gov.br, Acesso em 18/12/2009.

Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia-SEI. **Tendências recentes da migração baiana (1980 e 1990).** Salvador, SEI, 2009b. Disponível em www.sei.ba.gov.br. Acesso em 18/12/2009.

Revistas

Revista Exame. O sertão agora é assim. Abril. Edição n 0947, 15/07/2009.

Globo Repórter. Lavouras avançam sobre entorno de reserva do Cerrado. 13/11/2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/globoreporter/0,,mul1378815-16619,00-lavouras+avancam+sobre+entorno+de+reserva+do+Cerrado.html>. Acesso em: 11/12/2009.

***Recebido em 18/01/2010**

Aceito para publicação em 07/06/2010